

# Correio da Justiça do Trabalho



Ano 2 – Número 27 – 16 de abril de 2012

## PJe-JT

### Proposta prevê quadro próprio de pessoal para o PJe-JT

Para dar sustentabilidade ao Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), o Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho (TST) aprovou, dia 9 de abril, por unanimidade, proposta de anteprojeto de lei que cria cargos efetivos, em comissão e funções comissionadas, exclusivas para o projeto, no âmbito do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). “É uma proposição que tem os olhos fitos no futuro”, afirmou o presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen.

No caso específico da Justiça do Trabalho, a administração do sistema é realizada nacionalmente pelo CSJT, com a colaboração do Comitê Gestor Nacional, conforme a [Resolução CSJT nº 94/2012](#). “Evidentemente, o PJe é um sistema que necessitará de continuidade no que tange ao desenvolvimento, à manutenção e às adaptações decorrentes de mudança legislativa”, frisou o ministro.

A medida visa evitar que cada Tribunal Regional do Trabalho desenvolva funcionalidades para atender necessidades específicas, desfigurando a versão nacional e elevando os custos e gastos com o desenvolvimento de soluções que poderiam servir a todos.

A estrutura sugerida (26 quadros efetivos, 5 cargos em comissão e 14 funções comissionadas) precisa ser alocada, necessariamente, no CSJT, órgão central do sistema, conforme disposição do art. 111-A, § 2º, II, da [Constituição Federal](#).

O ministro Dalazen destacou que essa é a primeira proposta que se destina a dotar o CSJT de estrutura própria. Atualmente, o quadro de pessoal é composto por servidores cedidos pelo TST e TRTs. A proposta seguirá para apreciação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e, se aprovada, será encaminhada ao Congresso Nacional.

(Patrícia Resende/CSJT)

## Gestão da JT

### Meta 4 institui a figura do juiz de cooperação

A quarta meta geral do Poder Judiciário para 2012 prevê a criação de núcleos de cooperação judiciária coordenados por um juiz de cooperação. O objetivo é institucionalizar meios para dar maior fluidez e agilidade à comunicação entre os órgãos judiciários e outros sujeitos do processo, não só para cumprimento dos atos judiciais, mas também para harmonização e agilização de rotinas e procedimento forenses.

Os tribunais deverão fomentar a participa-

## Notícias

### Mobilização para a 2ª Semana Nacional da Execução Trabalhista



A 2ª edição da Semana Nacional da Execução Trabalhista será realizada entre os dias 11 e 15 de junho em todo País. A campanha nacional de divulgação deve ficar pronta ainda este mês e contará com material gráfico e audiovisual para mobilização interna e externa.

“Além de incentivar a participação de empregados e empregadores, queremos mobilizar

magistrados e servidores para que seja solucionado o maior número de execuções”, afirma o juiz auxiliar da Presidência do TST Marcos Fava, coordenador nacional do projeto.

Os Tribunais Regionais do Trabalho deverão seguir as determinações contidas no Ato nº 195/2011 do CSJT, que instituiu a Semana. Em regime de mutirão, magistrados e servidores deverão se dedicar exclusivamente aos processos em execução. Durante os cinco dias do evento, serão realizadas pesquisas para penhora de bens (Bacenjud, Renajud, Infojud, etc.) e convocadas audiências de conciliação. Além disso, as equipes deverão se debruçar sobre processos em arquivos provisórios. No último dia do evento, todos os Regionais deverão realizar leilões de bens apreendidos.

“Faltam apenas dois meses e é muito importante que os Tribunais sigam um planejamento de ações. Os gestores regionais já participaram de oficinas em Brasília, em que foram sugeridas várias medidas. Cabe a cada Tribunal adaptar as ideias aos contextos locais para repetirmos o sucesso da primeira edição”, finaliza o secretário-geral da Presidência do TST, juiz Rubens Curado.

(Patrícia Resende/CSJT)

### Órgão Especial encaminha proposta de anteprojeto de lei para aumento da estrutura de 18 TRTs e criação de cargos para a Setin/TST

Em sessão no dia 9 de abril, o Órgão Especial do TST aprovou o encaminhamento de 23 propostas de anteprojeto de lei ao CNJ. As proposições criam Varas do Trabalho, cargos e funções no âmbito dos TRTs da 1ª (RJ), 3ª (MG), 4ª (RS), 5ª (BA), 6ª (PE), 8ª (PA/AP), 9ª (PR), 12ª (SC), 14ª (RO/AC), 15ª (Campinas/SP), 16ª (MA), 17ª (ES), 19ª (AL), 20ª (SE), 21ª (RN), 22ª (PI), 23ª (MT) e 24ª (MS) Regiões.

A maior parte das propostas visa a adequar a estrutura dos Tribunais aos parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau.



As Regiões em branco terão nova estrutura

O Órgão Especial aprovou ainda a proposta de anteprojeto de lei de criação de cargos para adequação da estrutura organizacional da Secretaria de Tecnologia de Informação do TST (Setin). O projeto visa adequar o quadro de pessoal do Tribunal às necessidades de aperfeiçoamento das funções gerenciais e das atividades estratégicas da área de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), a fim de possibilitar a prestação jurisdicional adequada à sociedade. É proposta a criação de 46 novos cargos de analista judiciário, dada a defasagem atual de pessoal na área e o crescente aumento de demandas no setor. O número de cargos proposto observa os critérios estabelecidos pela Resolução nº 90 do CNJ, que estabelece os requisitos de nivelamento de tecnologia da informação do Poder Judiciário.

Na mesma sessão, o Órgão Especial aprovou proposta de anteprojeto de lei que cria cargos efetivos, em comissão e funções comissionadas, no âmbito do CSJT, para dar sustentabili-

ção dos magistrados de todas as instâncias na gestão judiciária, conforme critérios previstos na [Recomendação nº 38 de 2011](#), do CNJ.

Para agilizar o cumprimento da meta, o CNJ instituiu o projeto Rede Nacional de Cooperação do Judiciário, coordenado pelo conselheiro Ney José de Freitas, desembargador do TRT da 9ª Região. Segundo o magistrado, “a inovação representará um ganho importante para acelerar o andamento de milhares de processos judiciais que envolvem simultaneamente segmentos diferentes da estrutura do Judiciário”. A Justiça do Trabalho conta com quatro tribunais que já atingiram a Meta 4. Os pioneiros são os TRTs da 2ª Região (SP), 3ª Região (MG), 13ª Região (PB) e 17ª Região (ES).

(Noemia Colonna/CSJT)



### Metas 2011 - Veja o desempenho da Justiça do Trabalho

O CNJ divulgou, dia 11 de abril, relatório com o balanço de metas

2011 para o Poder Judiciário. A Justiça do Trabalho cumpriu 98,94% da Meta 3, que estabeleceu que os tribunais julgassem quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.

O TRT que mais julgou em 2011 foi o da 1ª Região (RJ), com 110,38% da meta cumprida. Em segundo lugar ficou o TRT da 9ª Região (PR), com 106,69%.

A Meta 4 foi plenamente atingida pela Justiça do Trabalho (100%), ultrapassando a média nacional de 97,78%. Os 24 TRTs implantaram pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos. Veja a matéria completa [aqui](#).

(Noemia Colonna/CSJT)

## Fale com o presidente

[caroscolegas@tst.jus.br](mailto:caroscolegas@tst.jus.br)

### Expediente



#### Presidente

Ministro João Oreste Dalazen

#### Vice-Presidente

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

#### Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Ministro Antônio José de Barros Levenhagen

#### Correio da Justiça do Trabalho

Ano 2 – Número 27 – 16 de abril de 2012

#### Secretaria de Comunicação Social do TST

Assessoria de Comunicação do CSJT

Contato: [caroscolegas@tst.jus.br](mailto:caroscolegas@tst.jus.br)

dade ao PJe-JT (ver coluna sobre PJe-JT nesta edição). Todas as propostas seguirão para apreciação do CNJ e, se aprovadas, serão encaminhadas ao Congresso Nacional.

**Novas Varas em Minas e Paraná** - O Plenário do Senado Federal aprovou, dia 11 de abril, dois projetos de lei (PLC 4/2012 e PLC 6/2012) que aumentam a estrutura dos TRTs da 3ª Região (MG) e 9ª Região (PR), respectivamente. As proposições seguem agora para a sanção da presidenta da República, Dilma Rousseff. Veja [aqui](#) a matéria completa.

(Patrícia Resende, Monique Goulart e Ascom/CSJT e Marta Crisóstomo/TST)

### Segurança na construção civil é tema de novo vídeo da campanha de prevenção de acidentes de trabalho

O primeiro filmete da segunda etapa do [Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho](#) já começou a ser enviado às emissoras de televisão. O vídeo, de 30 segundos, será exibido na TV aberta entre os dias 9 de abril e 15 de junho, e trata do tema central da segunda etapa do Programa Nacional, voltada para o trabalho seguro na construção civil. No ofício que endereçou às emissoras, o presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, lembra que o setor de construção é uma das atividades econômicas que mais gera acidentes, e o que mais mata trabalhadores no Brasil. “O objetivo principal da campanha é reverter o cenário de crescimento do número de trabalhadores vítimas de acidentes”, afirma o presidente do TST.

(Carmem Feijó/TST)



Clique na imagem para assistir o vídeo

### Projeto de execução trabalhista terá audiência pública dia 26 de abril

A audiência pública para discutir o [Projeto de Lei do Senado nº 606/2011](#), que dispõe sobre o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho será dia 26 de abril. O projeto propõe uma reforma do processo de execução trabalhista, visando a celeridade no cumprimento das decisões da Justiça do Trabalho, e foi protocolado em setembro de 2011, por solicitação do presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen.

(Clara Souza e Marta Crisóstomo/TST)



### Seminário internacional vai discutir liberdade sindical dias 25 a 27 de abril

A ser aberto pelo presidente do TST e do CSJT, João Oreste Dalazen, e pelo vice-presidente do STF e do CNJ, ministro Carlos Ayres Britto, o seminário “Liberdade sindical e os novos rumos do sindicalismo no Brasil”, de 25 a 27 de abril no TST, visa difundir conhecimento especializado a respeito do modelo sindical brasileiro à luz do direito comparado e das normas da OIT. As vagas são limitadas e as inscrições podem ser feitas por meio de formulário eletrônico, no hot site, até o dia 24 de abril, Veja [aqui](#) a programação completa.

(Marta Crisóstomo/TST)

### Pleno do TST define dia 16 de abril listas para cargos de ministro

O Tribunal Pleno do TST vai votar, dia 16 de abril, as listas para provimento de dois cargos de ministro do Tribunal. Em votação secreta, os ministros elaborarão duas listas tríplices, a serem encaminhadas à presidenta da República, Dilma Rousseff, a quem caberá a escolha dos nomes que assumirão as vagas anteriormente ocupadas pela ministra Rosa Weber, hoje no STF, e pelo ministro Milton de Moura França, aposentado em março. Os nomes serão escolhidos entre os 27 desembargadores de TRTs que manifestaram oficialmente interesse em concorrer às vagas. Veja [aqui](#) a lista de inscritos por Tribunal Regional.

(Carmem Feijó/TST)

### Presidente do TST inaugura Fórum Trabalhista de Goiânia (GO)

O presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen, participou dia 10 de abril da inauguração do edifício do novo Fórum Trabalhista de Goiânia (GO) e do lançamento, em Goiás, do [Programa Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho](#). Com mais de 26,7 mil metros quadrados distribuídos em dez pavimentos, o Fórum Trabalhista de Goiânia passa a acomodar as 13 Varas do Trabalho da cidade, dez unidades de apoio judicial e 16 unidades administrativas. A estrutura tem capacidade para receber mais sete Varas do Trabalho. Nenhum acidente do trabalho foi registrado nos mais de quatro anos de construção. Leia [aqui](#) a íntegra do discurso do ministro Dalazen.

(Com informações do TRT-GO)